

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 13 de novembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, reuniram-se na sede da Asibama DF, as 09h50min horas em segunda chamada, os assinantes da lista de presença anexo. A pauta da convocatória foi lida: 1. Informes Gerais; 2. Informes sobre o Congresso da ASIBAMA Nacional; 3. Termo de Cessão de Uso e atividades de Lava a Jato e Salão de Beleza; 4. Situação da Progressão Funcional para 2014; 5. Criação de Grupos de Trabalhos temáticos da ASIBAMA-DF; e 6. Assuntos Gerais. A Mesa propôs a inversão de pauta (entre os itens 3 e 4). A plenária propôs inclusão de novo item de pauta (número 6). **A pauta foi aprovada nos seguintes termos:** 1. Informes Gerais; 2. Informes sobre o Congresso da ASIBAMA Nacional; 3. Situação da Progressão Funcional para 2014; 4. Termo de Cessão de Uso e atividades de Lava a Jato e Salão de Beleza; 5. Criação de Grupos de Trabalhos temáticos da ASIBAMA-DF; e 6. Assuntos Gerais – Reforma do Bloco C. **Item 1:** A Presidente informou a plenária sobre o calendário de festividades e informou ter recebido um abaixo assinado em favor da manutenção dos serviços de Lava a Jato e Salão de Beleza. **Item 2:** A Presidente convidou a Analista Ambiental Maria Goretti, Diretora da ASIBAMA Nacional, a fazer os informes do Congresso da ASIBAMA Nacional. A Analista Ambiental Maria Goretti expôs uma linha do tempo do Congresso, onde foram citados os temas: a) exposição da situação dos órgãos estaduais filiados a ASIBAMA Nacional está precária com frequentes denúncias de abuso de poder da administração dos órgãos onde estão sediados os órgãos filiados; b) Palestra sobre a Dívida Cidadã que expôs ser temerário o reconhecimento da dívida pública sem uma auditoria e também, que tais prejuízos colocariam em risco o novo sistema previdenciário do governo; c) Palestra sobre ADIN que promoveu a descentralização das funções do governo federal para os governos estaduais; d) Palestra sobre os dez anos de transgênicos no Brasil e o enfraquecimento dos órgãos de controle; e) Denúncias sobre abuso de poder e a pressão em prol da retirada das instituições filiadas dos prédios do órgão. **Item 3:** A Analista Ambiental Maria Goretti informou que o Governo revogou os artigos da legislação que orientavam a progressão funcional da Carreira. Por isso, alguns analistas do MMA ficaram sem receber sua progressão na data do aniversário do ingresso e os demais analistas – incluindo do IBAMA e do ICMBio – ficariam sem receber a progressão em janeiro. O MMA fez uma minuta de Decreto e encaminhou uma PL que, no momento, carece de empenho do MMA para ser tramitado. Houve uma agenda da ASIBAMA

Nacional com o Secretário Executivo do MMA que disse estar negociando com o MPOG o decreto. O Presidente do IBAMA disse desconhecer o assunto. A Diretora Andrea do ICMBio também disse desconhecer o assunto. Ambos disseram que procurarão mais informações sobre o tema. A ASIBAMA Nacional e a DF ingressaram ações independentes na Justiça, tendo a primeira perdido em primeira instância. Na plenária surgiu uma menção ao amparo legal distinto que as autarquias contavam. A Analista Goretti informou ter sido suspensa a progressão no MMA. A Analista Conceição pediu mais clareza nas informações, “existem informações oficiais e o que será feito”? O Analista Wellington fez menção à informação. A Analista Goretti fez a leitura do Informe Asibama Nacional sobre reunião com o Secretário Executivo do MMA no dia 5 de novembro de 2013: “Atendendo solicitação da Asibama Nacional e da Assemma, o Secretário Executivo do MMA, Francisco Gaetani, reuniu-se com os representantes das duas entidades no dia 05/11/13, no MMA, para tratar da situação das progressões/promoções e outros assuntos. Participaram da reunião: Francisco Gaetani (Secex/MMA), Ademar Gregório e Márcia Maria (CGGP/MMA), Tânia Monteiro (Conjur/MMA), Ana Maria e Maria Goretti (Asibama Nacional), Raul Oliveira (Assemma). As progressões/promoções estão suspensas para os servidores do MMA por causa da revogação dos artigos 16 a 21 da Lei 10.410/2002, pela Lei 12.778/2012, combinada com a publicação do artigo 14 da Lei 12.856/2013, desde o dia 03/09/13. Para os servidores do IBAMA e do ICMBio, cujas progressões/promoções só ocorrem em janeiro, o problema ainda não é efetivo, mas é uma ameaça, caso a situação não seja resolvida até dezembro. Diante do questionamento dos representantes dos servidores presentes, acerca da necessidade de ação mais efetiva do MMA para resolver a situação, o Secretário Gaetani reiterou que o MMA encaminhou ao MPOG uma minuta de decreto para regulamentar a questão, onde o documento está sendo analisado pela consultoria jurídica. Ele disse acreditar que o Decreto será assinado em breve, antes do final do ano. Ademar se comprometeu junto à Asibama Nacional e Assemma, a disponibilizar vistas à minuta de decreto assim que ela sair do MPOG. Ele também ressaltou que há um Projeto de Lei de origem do Executivo (PL 6242/2013) tramitando na Câmara dos Deputados em regime de prioridade, para tratar da regulamentação das progressões/promoções. Entretanto, o PL ainda está tramitando na primeira comissão. A Assemma fez um apelo para que o MMA restabeleça a progressão dos 45 servidores, atualmente suspensa, conforme documento previamente entregue ao MMA. O Secretário repassou a questão para a Conjur/MMA, que no dia seguinte informou que não há possibilidade legal de dar continuidade às progressões sem a edição de um Decreto que a regulamente. Finalizando esse ponto de pauta, a Asibama Nacional e a Assemma reforçaram a necessidade de ação do MMA junto ao MPOG e Casa Civil para a rápida resolução do problema e junto ao Congresso Nacional visando acelerar o processo de tramitação do PL 6242/13 de forma a

garantir sua aprovação ainda neste exercício. O segundo assunto tratado foi à questão do fechamento dos escritórios do IBAMA e a consequente situação dos servidores. A Asibama Nacional questionou porque o relatório final da Comissão instituída pela Portaria MMA 443/2012, entregue em 31/01/2013, não foi implementado e porque os escritórios continuam sendo fechados sem critérios e as mais diversas situações de desrespeito aos seus servidores tem ocorrido. Gaetani se comprometeu a convocar uma reunião para discutir o assunto, com a presença do MMA, dos diretores das Diplan do Ibama, ICMBio e SFB e da Asibama Nacional. Em relação ao ICMBio, a Asibama Nacional ressaltou que a situação atual do órgão é crítica, tendo em vista o déficit de recursos em 2013, a insuficiente previsão para 2014 e a extrema precariedade de número de servidores, além da instabilidade política na qual o órgão está imerso. O Secretário disse que o MMA tem buscado recursos para o ICMBio, mas que a situação tem sido difícil. Por outro lado, ele informou que o ICMBio precisa buscar fontes alternativas de recursos para a manutenção das UCs. Sobre a situação de servidores, ele ressaltou a recente autorização de concurso para o ICMBio, para preenchimento de 271 vagas, sendo 168 para Técnico Administrativo, 53 para Técnico Ambiental, 20 para Analista Administrativo e 30 para Analista Ambiental, estas para as UCs da Bacia do Tapajós. A Asibama Nacional agradeceu o empenho do MMA para viabilizar a autorização junto ao MPOG, mas lembrou que a maioria das vagas são para substituir terceirizados, conforme TAC assinado junto ao Ministério Público do Trabalho, de forma que a situação do ICMBio, e especialmente das UCs, continuará crítica. Ademar, ainda, lembrou que o ICMBio precisa viabilizar o concurso imediatamente, pois, tendo em vista o calendário eleitoral, o resultado do concurso deve ser homologado até o dia 4 de julho de 2014.” O Analista Ambiental Henrique reforçou a necessidade de verificar o tratamento jurídico diferenciado entre o MMA e Autarquias. A formação do grupo de trabalho poderia estudar e tratar o assunto. A Analista Goretti informou ser necessário o MMA publicar o Decreto e o PL para garantir a progressão em janeiro. O Analista Ambiental Vitor Sarno pediu para evitar anúncios sem consistência que possam prejudicar o andamento da Assembleia. E propôs como encaminhamento: formar um Grupo de Trabalho para Progressão e GDAEM, por meio do qual, possa ser formalizada uma consulta com prazo definido e presteza. O Analista Augusto ressaltou ter dificuldade em entender a informação. O Analista Jorge disse não confiar no governo e, por isso, recomendou que fosse encampada uma campanha pela conversão da gratificação em salário. A Analista Conceição reforçou a necessidade de trazer para Assembleia os assuntos melhor instruídos, como por exemplo, indicativo de greve para 2014. A Analista Goretti esclareceu que a proposta assinada foi referendada nas Assembleias, menos no Acre e São Paulo. A Analista Lilian reforçou a importância do tema e disse ser indelegável o protagonismo das instituições que representam a CEMA. Por isso, precisamos confiar na direção

da ASIBAMA que foi eleita. O Governo não está sendo fácil e só será propositivo se assumirmos ativamente esta agenda. O Analista Allan propôs uma reunião em, no máximo, cinco dias. Como resultado, o Analista propôs a definição de uma estratégia de mobilização dos servidores. A Presidente esclareceu ter identificado deficiência no processo de comunicação e que esta deficiência deverá ser sanada em breve. Em seguida, ela fez a leitura de **encaminhamento**: a) Proposta 1: criação do GT para tratar da Progressão; b) Proposta 2: Solicitar avaliação jurídica da GDAEM; e c) Proposta 3: Consultar cada um dos órgãos sobre o encaminhamento que está sendo dado para a questão. A Analista Goretti informou ter sido feita uma consulta ao MMA. O Analista Henrique apresentou uma questão de ordem como estratégia para acalmar a plenária e reconduzir as discussões em prol dos procedimentos a serem adotados. A Presidente colocou em pauta a Proposta 1. Aprovada com um voto contra e duas abstenções. A Presidente colocou em pauta a Proposta 2. Aprovada sem abstenções. A Presidente colocou em pauta a Proposta 3. Aprovada a consulta a todas as instituições com duas abstenções. Também foram indicados pela plenária os analistas que irão compor o grupo de trabalho responsável pela progressão: Vitor Sarno, Lilian, Henrique, Conceição, Julia e Eduardo. **Item 4.** Termo de Cessão de Uso e atividades de Lava a Jato e Salão de Beleza. A Presidente informou sobre a reunião com a direção do IBAMA, quando foi exposto: a) necessidade de licitar as atividades com finalidade econômica que estão na área do IBAMA – Lava a Jato e Salão de Beleza; b) a forma encontrada pela PFE seria a Cessão de Uso sem Ônus ou Termo de Cooperação; c) o acesso ao Processo ficou a cargo do Diretor Edmundo; d) falta de informação dentro do órgão; e) apresentado o argumento da ausência de um clube dos servidores; e) acesso ao processo. A Analista Ambiental Lilian expressou não ter concordado com a exposição feita, já que esta história parece estar mal contada. Por isso, recomendou irmos a Ministra do Meio Ambiente. A Analista Julia propôs ir a Ministra, afinal, a direção do IBAMA nem administra direito a área deles imagina a área da Asibama. O Analista Ambiental Henrique manifestou a necessidade de definir uma saída intermediária, já que a regulamentação do Presidente Collor viabilizaria a permanência. Esta questão das atividades comerciais deve ser vencida. Se for confirmada a necessidade de ceder à solicitação que proíbe a prestação de serviços, a ASIBAMA deverá suprir esta demanda com convênios. **Encaminhamento**: 1) A ASIBAMA fará uma consulta jurídica sobre os possíveis cenários que serão adotados; 2) A direção da ASIBAMA providenciará a adequação da ASIBAMA para a Cessão de Uso; 3) A direção da ASIBAMA realizará pressão política junto a MMA; 4) A ASIBAMA pesquisará a relação entre as associações e outros órgãos para ter clareza de outros cenários possíveis. **Aprovado em bloco com uma abstenção. Item 5.** Criação de Grupos de Trabalhos temáticos da ASIBAMA-DF. O Analista Henrique propôs dar maior visibilidade a proposta, a fim de obter maior adesão

dos associados. Como **encaminhamento** foi aclamada a proposta que a Diretoria conduziria a formação dos demais grupos que ela julgar necessário.

Item 6. Assuntos Gerais – Reforma do Bloco C. **Encaminhamento:** a Asibama solicitará uma posição da administração do IBAMA. A Assembleia foi encerrada as 12h20.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 13 de novembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, reuniram-se na sede da Asibama DF, às 14h50min horas em segunda chamada. A pauta da convocatória foi lida e aprovada nos seguintes termos: 1. Informes Gerais; 2. Informes sobre o Congresso da ASIBAMA Nacional; 3. Termo de Cessão de Uso e atividades de Lava a Jato e Salão de Beleza; 4. Situação da Progressão Funcional para 2014; 5. Criação de Grupos de Trabalhos temáticos da ASIBAMA-DF; e 6. Assuntos Gerais. **A pauta foi aprovada.** **Item 1:** O Vice Presidente da Asibama DF, Analista Rodrigo Paranhos, iniciou a Assembleia com os informes das festividades de final de ano da ASIBAMA, a reunião com o Presidente do IBAMA e a agenda com o Presidente do ICMBio para o dia seguinte. **Item 2:** A Diretora de Comunicação da Asibama Nacional, Analista Goretti, informou a plenária sobre o Congresso da ASIBAMA Nacional na ACADEBIO. Ela expôs uma linha do tempo do Congresso, onde foram citados os temas: a) exposição da situação dos órgãos estaduais filiados a ASIBAMA Nacional está precária com frequentes denúncias de abuso de poder da administração dos órgãos onde estão sediados os órgãos filiados; b) Palestra sobre a Dívida Cidadã que expôs ser temerário o reconhecimento da dívida pública sem uma auditoria e também, que tais prejuízos colocariam em risco o novo sistema previdenciário do governo; c) Palestra sobre ADIN que promoveu a descentralização das funções do governo federal para os governos estaduais; d) Palestra sobre os dez anos de transgênicos no Brasil e o enfraquecimento dos órgãos de controle; e) Denúncias sobre abuso de poder e a pressão em prol da retirada das instituições filiadas dos prédios do órgão. **Item 3:** Termo de Cessão de Uso e atividades de Lava a Jato e Salão de Beleza. A Presidente informou sobre a reunião com a direção do IBAMA, quando foi exposto: a) necessidade de licitar as atividades com finalidade econômica que estão na área do IBAMA – Lava a Jato e Salão de Beleza; b) a forma encontrada pela PFE seria a Cessão de Uso sem Ônus ou Termo de Cooperação; c) o acesso ao Processo ficou a cargo do Diretor Edmundo; d) falta de informação dentro do órgão; e) apresentado o argumento da ausência de um clube dos servidores; e) acesso ao processo. A Assembleia seguiu os encaminhamentos da Assembleia na sede da ASIBAMA. **Item 4:** A Analista Ambiental Maria Goretti informou que o Governo revogou os artigos da legislação que orientavam a progressão funcional da Carreira. Por isso, alguns analistas do MMA ficaram sem receber sua progressão na data do aniversário do ingresso e os demais analistas – incluindo do IBAMA e do ICMBio – ficariam sem receber a progressão em janeiro. O MMA fez uma minuta de Decreto e encaminhou uma PL que, no momento, carece de empenho do MMA para ser tramitado. Houve uma agenda da ASIBAMA Nacional com o Secretário Executivo do MMA que disse estar negociando com o MPOG o decreto. O Presidente do IBAMA disse

desconhecer o assunto. A Diretora Andrea do ICMBio também disse desconhecer o assunto. Ambos disseram que procurarão mais informações sobre o tema. A ASIBAMA Nacional e a DF ingressaram ações independentes na Justiça, tendo a primeira perdido em primeira instância. Na plenária surgiu uma menção ao amparo legal distinto que as autarquias contavam. Houve questionamentos sobre o prazo necessário para serem dados os encaminhamentos. Este prazo terminaria no início de Dezembro deste ano. **Encaminhamento:** Identificar Analistas do ICMBio que possam compor o Grupo de Trabalho criado na Assembleia na sede da ASIBAMA. Aprovado com a indicação de três nomes. **Item 5:** A Formação de Grupos de Trabalho ficou sob a responsabilidade da diretoria da Asibama. **Item 6:** Como não houve temas abordados no item Assuntos Gerais, a Assembleia encerrou seus trabalhos.